

ARTIGO

EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS NA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DE (NEO) DESENVOLVIMENTISMO**EXPROPRIATION OF RIGHTS IN THE AMAZON IN THE CONTEXT OF (NEO)DEVELOPMENTISM****RAQUEL CORREIA DE OLIVEIRA¹**
SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA²**RESUMO**

O presente artigo analisa os impactos da política (neo)desenvolvimentista para as condições de vida da classe trabalhadora brasileira, com destaque para os sujeitos que vivem na Amazônia. Refletimos sobre o contexto de mundialização do capital, no qual a Amazônia assume papel de destaque no que tange a exploração de atividades econômicas ligadas aos grandes projetos e a implantação de empreendimentos tais como hidrelétricas, rodovias, portos, dentre outros, que reverberam na expropriação de direitos e destruição da natureza. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em que foram selecionados trabalhos que abordam a temática supracitada. Concluímos que há um avanço do capital na Amazônia, que com aval do Estado, busca aumentar áreas destinadas à exploração do trabalho e da natureza, o que causa um aumento dos conflitos e da expropriação.

Palavras-chave: Financeirização. Violação de direitos. Amazônia.

ABSTRACT

This article analyzes the impacts of (neo)developmental policy on the living conditions of the Brazilian working class, with emphasis on those living in the Amazon. We reflect on the context of globalization of capital, in which the Amazon assumes a prominent role in terms of exploring economic activities linked to large projects and the implementation of projects such as hydroelectric plants, highways, ports, among others, which result in the expropriation of rights and destruction of nature. The methodology used was bibliographical research, in which works that address the aforementioned theme were selected. We conclude that there is an advance of capital in the Amazon, which, with the support of the State, seeks to increase areas destined for the exploitation of labor and nature, which causes increase in conflicts and expropriation.

Keywords: Financialization. Infringement of rights. Amazon.

1. Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: docufpa22@gmail.com

2. Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Professora Associada III da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: solgayoso@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre os impactos da política adotada na Amazônia durante o período (neo)desenvolvimentista requer conhecimento sobre a dinâmica de reorganização que o capitalismo opera para garantir sua hegemonia diante das crises. Para isso tomamos como referência as mudanças pelas quais o capitalismo passou a partir dos anos 1970.

Após longo período de crescimento, a partir de meados de 1970, o capitalismo começa a enfrentar sinais de uma crise intensa que mobilizou a burguesia a encontrar alternativas para superá-la. Isso ocorreu por meio da implementação de ações de combate a queda da taxa geral de lucro, com destaque para o processo de mundialização do capital, no qual a esfera financeira ganhou maior importância e impulsionou mudanças nas políticas de Estado e até mesmo nas formas de sociabilidade (CARCANHOLO, 2009). Foi nesse contexto que a política neoliberal ganhou hegemonia, e passou a ser adotada em diversos países, com o fim de frear o aprofundamento da crise e retomar os lucros às custas do desmonte dos direitos sociais e intensificação da exploração do trabalho.

Nesse sentido, apontamos reflexões sobre como essa política foi implementada no Brasil e na Amazônia, destacando o período (neo)desenvolvimentista, que se desenvolveu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), e que garantiram não só a continuidade da subordinação do país aos ditames do capital internacional, mas também intensificaram processos de expropriação da natureza e do trabalho.

Segundo Behring (2018), a política econômica adotada pelos governos petistas se concentrou na adoção de um viés pró-mineração e agropecuária, em detrimento da indústria de transformação, aumento das importações de manufaturados, devido à liberação comercial. A adoção dessa política afetou sobremaneira a Amazônia, com intensificação de processos de expropriação que reverberam não só no crescimento da pobreza entre a população local, mas também em conflitos pela posse da terra, desmatamento e contaminação de solos e rios pela mineração e pelo agronegócio, dentre outros. Esse debate é muito importante, uma vez que a Amazônia está no centro das discussões relacionadas à crise climática, falando-se muito na necessidade de preservação ambiental, mas dando pouca visibilidade

ao modo como o capitalismo, com o aval do Estado se expande na região, privilegiando ações que se mantêm ao longo do tempo e que são destrutivas para a floresta e seus habitantes, pois se dão com o fim de explorar suas riquezas a qualquer custo.

Este trabalho foi construído no âmbito da disciplina “Estudos Avançados em Formação Socioeconômica do Brasil e da Amazônia”, do curso de Doutorado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, onde a metodologia adotada envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre os temas (neo) desenvolvimentismo e Amazônia, a fim de compreender a realidade amazônica diante do avanço do capitalismo. Além desta introdução, o trabalho está dividido em quatro seções: inicialmente são apresentados apontamentos sobre a mundialização do capital, com destaque para o advento do neoliberalismo na América Latina. Na segunda seção abordamos o (neo)desenvolvimentismo e o modo como as políticas de desenvolvimento alinhadas a este ideário foram implementadas para atuar sobre a Amazônia. Na terceira seção destacamos os impactos das políticas (neo) desenvolvimentistas para a Amazônia, e por último, as considerações finais.

2 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O NEOLIBERALISMO

Ao analisarmos o desenvolvimento do capitalismo até os dias atuais, percebemos que ao longo da história ele implementa uma série de mudanças, a fim de garantir sua hegemonia, com a geração de altos lucros para os setores dominantes da burguesia. Assim, a atual etapa do capitalismo “[...] surge como consequência da aguda manifestação da lei tendencial da queda da taxa geral de lucro, manifestação essa observada em especial nos principais países capitalistas do mundo a partir dos últimos anos da década de 1960 [...]” (CARCANHOLO, 2009, p. 3).

A queda acentuada da taxa geral de lucro demandou dos setores dominantes que houvesse uma reconfiguração do modo de produção capitalista, dentre as quais destacamos o processo de mundialização do capital que tem na esfera financeira seu ator de maior importância. Nesse sentido, as mudanças ocasionadas por este processo têm sido operadas não só no âmbito das políticas implementadas pelo Estado, mas de um modo geral, passou a interferir até mesmo nas formas de sociabilidade, que conforme sabemos são direcionadas pelo capitalismo.

Nesse momento histórico, a esfera financeira adquire maior importância para o capital, pois “[...] representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais” (CHESNAIS, 1996, p. 239). Isto ocorre pelo fato de que sem grandes dificuldades, o capital consegue estar presente em todos os países do globo. As barreiras territoriais deixam de ser empecilhos para a expansão do capital na era das finanças, e essas facilidades impulsionam o capital a buscar uma expansão, de modo a abarcar espaços que até então não haviam sido incorporados.

Conforme Carcanholo (2009, p. 3), o processo de financeirização do capital se deu em um contexto de fuga da baixa rentabilidade, com o capital privilegiando que as novas aplicações fossem feitas no setor financeiro. Esse processo se acentuou no final da década de 1970 e foi favorecido pela quebra do acordo de Bretton Woods em 1971, e pela política de endividamento externo que foi seguida por diferentes países. Soma-se a isso, a elevação das taxas de juros internacionais que foi induzida pela política norte-americana do início dos anos 1980, bem como o fenômeno de “titularização” das dívidas de diferentes Estados.

Nesse contexto, Carcanholo (2009) destaca que o processo de financeirização do capital propiciou a retomada das altas taxas de produção de mais-valia, entretanto, é surpreendente que esse crescimento tenha se mantido estável por um determinado período de tempo, já que quando se privilegia a esfera financeira os investimentos em capital produtivo diminuem consideravelmente. Esta tendência de crescimento se explica por um lado, pelo advento da política neoliberal no início dos anos 1980, que possibilitou um acentuado aumento da exploração do trabalho por meio de mais-valia absoluta e relativa, mas também por uma superexploração não só do trabalho assalariado, mas de outras formas de trabalho (CARCANHOLO, 2009). Assim, estes dois fatores foram decisivos para a manutenção do lucro dos capitalistas, enquanto que para os trabalhadores significou cada vez mais exploração e empobrecimento.

Outro determinante que se apresenta neste processo, foi o aumento dos lucros fictícios, visto que a partir deles a contradição entre produção/apropriação de excedente-valor foi solucionada. Esses lucros eram suficientemente elevados, e quando somados ao aumento da exploração do trabalho, possibilitaram a rentabilidade que tanto se buscava. No entanto, o aumento dos lucros fictícios

também apresentava problemas, uma vez que o próprio crescimento da rentabilidade, acabou por produzir um crescimento adicional e conseqüente do capital fictício de tipo II, que agudizava cada vez mais a contradição existente (CARCANHOLO, 2009). Sendo assim, o crescimento do capital fictício corroborou para garantir a rentabilidade que o capital precisava, entretanto, exacerbou ainda mais as contradições existentes, pois refletir sobre sua característica especulativa e parasitária significa dizer que ele nada produz, uma vez que se apropria da mais-valia gerada no âmbito do capital produtivo, ou seja, da exploração do trabalho.

É justamente isso que faz com que, pelo menos na sua aparência, a esfera financeira se mostre como autônoma, como se pudesse sobreviver sozinha, entretanto, essa não é a realidade, pois conforme Chesnais (1996, grifo do autor) esta autonomia é apenas *relativa*, pois os capitais valorizados no setor financeiro não são independentes, mas nascem e crescem no setor produtivo. Sua valorização se dá seja ao tomar forma de lucros apresentados sob a forma de juros, de salários ou rendimentos de trabalhadores que são retidos por via fiscal ou até mesmo por aqueles que sofreram agiotagem em forma de “créditos ao consumidor”, e, por último, dos salários guardados nos fundos privados de aposentadoria, que tiveram sua natureza alterada a partir do momento em que entraram na esfera financeira (CHESNAIS, 1996). Desse modo, percebemos que esse capital quer parecer independente, como se não precisasse do trabalho, mas que isso de fato fica apenas na aparência, se pensarmos por exemplo, que ele se alimenta de forma parasitária dos lucros que são gerados pela exploração do trabalho nos seus mais diferentes níveis.

Para Mézáros (2002), não há nada de especial na associação do capital à crise, pois em várias intensidades e com durações variadas, constituem-se no modo natural de sua existência. As crises são utilizadas até mesmo para que o capital avance e ultrapasse as barreiras imediatas que surgem, estendendo sua esfera de operação e dominação. Desse modo, elas são insuperáveis, e mesmo que os ideólogos e propagandistas da burguesia digam o contrário, elas integram o modo de produção capitalista (MÉSZAROS, 2002).

Sobre essa questão, concordamos com Carcanholo (2009), que reflete que o regime em que vivemos constitui-se em verdadeira tragédia para parte da humanidade, aliada à pobreza que atinge o restante. Com o colapso causado pela crise atual e pelo futuro que o capitalismo desenha, evidencia que essa tragédia só tende a

umentar, posto que “[...] o capitalismo de amanhã só poderá ser pior do que o de hoje [...]” (CARCANHOLO, 2009, p. 11).

Diante disso, é preciso refletir que a garantia de direitos para todos os (as) sujeitos (as) que compõem a classe trabalhadora não é possível, uma vez que a desigualdade social é inerente ao capitalismo, que para se manter precisa da exploração da força de trabalho. Cada vez mais, as políticas públicas e sociais empreendidas no âmbito do Estado serão desmontadas com o fim de garantir que o capital continue a se reproduzir e valorizar suas taxas de lucro, garantindo assim sua hegemonia. Nesse ínterim, as demandas de toda a sociedade estão subordinadas aos interesses da esfera financeira, visto que cada vez mais ela necessita se expandir.

Nesse cenário, as políticas de cunho neoliberal têm se destacado enquanto alternativa do capital em todo o mundo, com o fim de garantir as condições necessárias para a sua sobrevivência. Para Behring (2018), o neoliberalismo se apresenta como resultado da reação burguesa à sua própria crise, que tem na forte ofensiva contra os trabalhadores seu eixo central, buscando a extração do mais valor em condições propícias no mundo todo, com destaque para países dependentes, em que lograram o êxito de contar com o diferencial de produtividade do trabalho, tendo como regra a superexploração da força de trabalho, conforme apresentado por Marini (2011).

Lupatini (2012) destaca que as políticas com orientação neoliberal têm como horizonte o “Estado mínimo”, e se constituem tanto pela liberalização e desregulamentação dos fluxos de capital, privatização, instrumentos e medidas para reforçar a propriedade privada, políticas monetárias e fiscais restritivas, quanto pelo desmonte das políticas sociais, flexibilização das leis trabalhistas, em outras palavras, ocorre uma liberalização que tem como objetivo garantir o aumento da taxa de exploração do trabalho pelo capital.

Segundo Castelo (2012), o surgimento do neoliberalismo na América Latina se deu a partir da instauração da autocracia burguesa nos anos 1970. Nesse cenário, os golpes militares no Chile, em 1973, e na Argentina em 1976, abriram campo para a implementação de medidas neoliberais que estiveram presentes na economia e na violação de direitos humanos. A segunda fase de implementação do neoliberalismo se deu a partir de 1980, desta vez por via da democracia representativa em que houve a eleição de políticos sul-americanos que apresentavam uma plataforma liberal.

Até o início do século XXI a agenda política da América Latina girou em torno dos ajustes neoliberais, onde havia a previsão de que as medidas tomadas colocassem fim a crise da dívida externa, a estagnação econômica, bem como a alta inflação que atingia a população, mas conforme se deu o avanço deste receituário, verificamos que isto não se efetivou. O que de fato ocorreu foi que a assunção das medidas neoliberais significou uma vitória político-cultural da burguesia rentista, preparando o terreno para que a América Latina fosse inserida na etapa contemporânea do imperialismo, tornando-se plataforma onde os capitais estrangeiros podiam se valorizar por meio de compras e expropriações dos bens públicos e da especulação financeira (CASTELO, 2012). Desse modo, tem-se que a classe trabalhadora foi a mais atingida pela adoção de tais medidas, uma vez que ao adotar tal receituário, o Estado passou a se eximir de suas obrigações para com os direitos sociais.

Segundo Castelo (2012), foi a partir de 1990 que os danos causados no âmbito social foram mais sentidos, pois no caso do Brasil, México e Argentina, houve um desmonte expressivo dos parques produtivos com alguns setores sendo desnacionalizados. Sendo assim, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil experimentou um processo de reformatação do Estado, que compreendia sua adequação passiva à lógica do capital com “[...] uma redefinição do padrão de reprodução do capital, acompanhada de uma contrarreforma do Estado abrangente no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e que engendrava um duradouro ajuste fiscal” (BEHRING, 2018, p. 4) que teve sérios desdobramentos, que permitem inferir um processo de aprofundamento da posição de subordinação do Brasil às regras do capital internacional.

Nesse sentido, consideramos a pertinência de apresentar o modo como essas políticas têm sido implementadas na realidade brasileira e amazônica, principalmente com o (neo) desenvolvimentismo, que deu continuidade à subordinação do país ao capital, intensificando formas de expropriação da classe trabalhadora.

3 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO (NEO) DESENVOLVIMENTISMO

Sobre os danos ocasionados pelas políticas de orientação neoliberal, Castelo (2012) destaca que ao contrário daquilo que foi prometido e propagado, o desenvolvimento macroeconômico latino-americano não foi suficiente, e as taxas de crescimento ficaram aquém do prometido, havendo um desequilíbrio nos

balanços de pagamento, déficits públicos e aumento da dívida pública. Enquanto a burguesia rentista era beneficiada por este contexto, houve um acirramento das expressões da “questão social”, com diversas perdas para a classe trabalhadora, como por exemplo, o aumento do desemprego estrutural, pauperismo, retirada de direitos sociais, que reverberaram na precarização das relações de trabalho, bem como a privatização de bens públicos (CASTELO, 2012). As promessas de desenvolvimento não se cumpriram e os direitos sociais foram atingidos de tal forma, que muitos daqueles que foram garantidos na Constituição Federal de 1988 não se efetivaram, com as políticas sociais sofrendo um desmonte e sendo focalizadas no atendimento aos mais pobres.

Ademais, verificamos que as ações da burguesia são balizadas por estratégias que visam atender a algumas demandas da classe trabalhadora, com o fim de apaziguar os conflitos que se intensificam no contexto de crise. Segundo Pereira (2016) tais estratégias podem se desenvolver em dois terrenos, quais sejam: o da legitimação, em que as medidas sociais protetivas se desenvolvem com o fim de atender a algumas demandas da classe trabalhadora; ou ainda, por meio da reprodução do capital, com a tomada de medidas que tornam tudo em mercadoria e convertem os cidadãos em consumidores.

Nesse sentido, as medidas de proteção social se destacam e conforme a autora “[...] podem em verdade, fortalecer a economia capitalista, assegurar a reprodução do capital, a extração de mais-valia e a exploração do trabalho assalariado; mas, ao mesmo tempo, podem fornecer melhorias às condições de vida da classe trabalhadora [...]” (PEREIRA, 2016, p. 314). No entanto, percebemos que o avanço do neoliberalismo na realidade brasileira, fez com que as medidas de proteção social se tornassem cada vez mais insuficientes. Para isso, as intervenções focalizadas foram essenciais, uma vez que desmobilizaram as massas que eram impactadas pelo desmonte dos direitos sociais.

Segundo Castelo (2012), é neste contexto que há um processo de desgaste do neoliberalismo na América Latina. Em face das promessas que não foram cumpridas, a burguesia teve de readequar seu projeto de supremacia, enquanto de outro lado, a mobilização política das classes subalternas logrou o êxito de contribuir para a derrubada de governos na Argentina, Bolívia, Equador e Peru. Quanto à questão política, a queda de governos alinhados ao Consenso de Washington, com a eleição de lideranças que diziam ser resistência, não foi suficiente para que

o neoliberalismo fosse ultrapassado. Ao contrário disso, após eleitos, aderiram ao neoliberalismo por meio do que Castelo (2012) chama de social-liberalismo, mas que na prática assumiram posturas alinhadas ao projeto de supremacia burguesa, ao qual cita como exemplo os governos de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil.

Desse modo, Castelo (2012) afirma que o surgimento do (neo) desenvolvimentismo se deu no século XXI, quando o neoliberalismo já sinalizava seu esgotamento, com uma representação de que seria uma terceira via ao liberalismo e ao socialismo. Nesse sentido, afirma que Luiz Carlos Bresser Pereira, um dos ex-ministros que participou da Reforma do Estado, foi quem produziu os primeiros escritos sobre o novo desenvolvimentismo brasileiro. Nesses escritos, Bresser Pereira fazia uma defesa de que a principal estratégia a ser adotada seria o rompimento com a ortodoxia neoliberal (CASTELO, 2012).

Esse rompimento com a ortodoxia neoliberal pode ser percebido no fato de que durante os governos petistas houve um deslocamento quanto às orientações neoliberais consideradas mais duras que foram concretizadas no período de 1995 a 2002. No entanto, vale ressaltar que esse deslocamento se deu em resposta às novas orientações formuladas por ideólogos da burguesia, bem como as pressões geradas pelas próprias crises do capital, principalmente a partir de 2008 (BEHRING, 2018).

Esse recuo quanto à implementação de ações mais duras não significou de fato um rompimento com o neoliberalismo, mas uma continuidade em que foram feitas concessões para a classe trabalhadora, que teve acesso a condições que possibilitaram a diminuição da pobreza, como por exemplo, uma certa recuperação do emprego e da renda, entretanto, é notório que tal expansão se deu apenas para os empregos de baixa remuneração (BEHRING, 2018).

A despeito do aumento do emprego e da renda de alguns segmentos populacionais, isso não significou a garantia de redução da desigualdade social, uma vez que a burguesia continuou a ser privilegiada pelas ações do Estado. Assim, os investimentos em políticas sociais continuaram a ser reduzidos, se comparados às ações implementadas com o fim de garantir a reprodução do capital.

Segundo Castilho, Lemos e Gomes (2017), o (neo) desenvolvimentismo reflete justamente o quanto os governos petistas não foram capazes de contestar a ordem capitalista. A política implementada por esses governos não se confrontou com

o capital sob nenhuma forma, demonstrando que a proposta social-democrata apresentada não era capaz de manter um papel político e social do Estado. Isto se dava em razão de que a correlação de forças entre as camadas populares e a burguesia já era fragilizada, considerando o que já havia se passado no contexto da Ditadura Militar iniciada em 1964, nas políticas neoliberais e na intensa cooptação dos movimentos sociais, partidos e sindicatos (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017).

Monteiro (2017) afirma que os governos petistas foram contraditórios, pois ao mesmo tempo em que se comprometeram em realizar mudanças, acabaram assumindo compromissos com a política econômica que estava vigente anteriormente. Assim, "[...] a dinâmica do governo seria regida pelo confronto entre mudança e continuísmo, entre o velho e o novo, na sociedade, no âmbito do próprio governo e de sua base política" (MONTEIRO, 2017, p. 211). Assim, os horizontes rumo ao fortalecimento da classe trabalhadora ficaram aquém do esperado, evidenciando que a política adotada não estava voltada para o fortalecimento dos direitos sociais.

Durante o governo do PT o Brasil adotou um viés pró-mineração e agropecuária, e enquanto esses setores eram priorizados, a indústria de transformação perdia investimentos. Este processo teve estímulo da liberação comercial no país, o que conduziu ao aumento das importações de manufaturados. Desse modo, a exportação de *commodities* assumiu muito peso nas exportações (passando de 25,5% em 2002, para 38,5% em 2010), evidenciando que a indústria da transformação não era mais uma prioridade do governo, diferentemente do que foi visto no período do desenvolvimentismo (BEHRING, 2018).

Sobre o (neo) desenvolvimentismo, Marques (2019) ressalta tratar-se de um desenvolvimentismo às avessas, em que o governo Lula da Silva promoveu diversas ações no sentido de sua adesão à lógica do capital. Nesse sentido, o Brasil continuava desempenhando o papel histórico de fornecedor de matérias-primas a baixo custo, o que só se tornou possível graças a uma exploração exacerbada do trabalho e da natureza.

Essa questão foi trabalhada por Marini (2011) ao desenvolver o que chamou de Teoria Marxista da Dependência. Constatou que o desenvolvimento da economia mercantil latino-americana sempre girou em torno do mercado mundial, reproduzindo as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, o que determinou seu caráter e sua expansão. No

entanto, esse processo apresenta uma contradição muito profunda: a América Latina só foi capaz de contribuir com o processo de acumulação do capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, por que o fez mediante a superexploração do trabalhador (MARINI, 2011).

No que tange a exploração dos trabalhadores, está em se destacado principalmente se considerarmos o intenso processo de destruição das leis que garantem proteção ao trabalho, o que resulta na sua precarização, bem como no rebaixamento de salários e aumento das horas trabalhadas. Com relação à exploração dos recursos naturais, nota-se que na Amazônia esse processo é intensificado, principalmente por meio do agronegócio e da mineração. No caso da mineração, estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2023, aponta que em áreas onde há presença de mineração houve uma redução significativa na diversidade biológica em comparação com as áreas onde não há mineração. Redução constatada na diminuição da riqueza de espécies, redução e diminuição na diversidade de espécies de plantas e animais, limitação da variabilidade genética entre indivíduos de uma mesma espécie, além de uma redução no número de espécies exclusivas daquelas localidades (LLOYD *et al.*, 2023).

Hazeu, Gonçalves e Costa (2020) afirmam que o processo de avanço do capital ocorre por um movimento de acumulação e expropriação, que só é possível graças a apropriação e desposseção dos bens e modos de vida dos sujeitos que vivem nos territórios ocupados. Esse processo contribui para a destruição de extensas áreas de floresta que são acompanhadas da invasão de terras de povos originários, comunidades tradicionais, entre outros. Para tanto, o Estado utiliza de inúmeros mecanismos a fim de contribuir para tal avanço. Nesse sentido, os autores falam da mobilidade e estratégias de acumulação na Amazônia e no cerrado, e exemplificam que o Estado opera padrões de desposseção que estão vinculados a medidas legais e administrativas, com destaque para a modificação de códigos federais que regulamentam o uso, a posse e a propriedade da terra, que visa garantir que o capital avance sobre áreas nas quais vivem povos e comunidades tradicionais.

Quando refletimos sobre as condições de vida da população que vive na Amazônia, verifica-se o acirramento de problemáticas resultantes do avanço do capital. Nesse sentido, Fernandes e Moser (2021) enfatizam que a utilização do território amazônico no contexto da globalização, é marcada pela exploração

dos recursos naturais com o fim de garantir produtos a baixo custo, enquanto a marginalização dos povos amazônicos cresce de modo exponencial.

Verificamos que a Amazônia se integra à divisão internacional do trabalho enquanto fornecedora de matérias-primas, e isso se dá justamente por estar situada no interior de países dependentes. Diante disso, o que se observa é uma territorialização e expansão do capital na Amazônia, que ocasiona conflitos e expropriação dos povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto destacamos a exploração do trabalho, a apropriação dos bens da natureza e a expropriação de territórios que são tradicionalmente ocupados (COSTA; COSTA; AMORAS, 2021). Na sequência destacaremos os desdobramentos desse processo, apontando reflexões pertinentes a Amazônia no contexto (neo) desenvolvimentista.

4 AMAZÔNIA NO CONTEXTO DO (NEO) DESENVOLVIMENTISMO: EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS E DESTRUIÇÃO DA NATUREZA

Loureiro (2002) observa que seja no presente ou no passado, o cerne da reflexão sobre a Amazônia está no fato de que enquanto ela produz muitas riquezas, muito pouco recebe em contrapartida. Assim, constitui-se uma trajetória de perdas e danos, onde a autora considera que há um paradoxo, uma vez que ela tem sido vítima de sua magia, exuberância e riqueza. Desse modo, “[...] desde o período colonial, até os dias atuais, as políticas públicas viabilizadas trataram o espaço amazônico sem considerar as formas de vida e os saberes, historicamente construídos, demonstrando um profundo desrespeito pelos mosaicos socioculturais (LIRA; CHAVES, 2016, p. 67), o que evidencia um processo de invisibilização dos sujeitos (as) que vivem na Amazônia.

Porto-Gonçalves (2018 grifo do autor) afirma que pelo fato de a Amazônia estar situada em países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, não tem sequer o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, as visões da Amazônia que são produzidas por seus diferentes povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais que são subalternizados/oprimidos/explorados, acabam sendo invisibilizadas e o que se têm são visões sobre ela. Para o autor, ideias como a da Amazônia como natureza prístina, Amazônia como vazio demográfico, Amazônia como “reserva” e fonte de recursos naturais inesgotáveis, e por fim, Amazônia como futuro, são centrais para a formulação das políticas sobre e para a região, conforme explicitado por Lira e Chaves (2016).

Para Loureiro (2002) a realidade demonstra que os processos de exploração em curso só têm se intensificado, como ocorreu, por exemplo, no auge da exploração do ouro em Serra Pelada, com a construção de grandes hidrelétricas que geram energia para outras regiões do Brasil e para utilização nos grandes projetos, ou então, como última fronteira econômica que têm sido destino de pessoas vindas de outras regiões (LOUREIRO, 2002). Nesse sentido, concordamos com a autora que a despeito da riqueza gerada, a percepção é de que ela não é vista nem fixada na Amazônia, ao contrário, tem sido lugar de exploração, abuso e extração de riquezas.

É emblemático, por exemplo, que desde o final de 1960, com o adensamento de uma contracultura, os valores ecológicos ganharam força, ressignificando a Amazônia, que agora é vista por sua importância na dinâmica ecológica do planeta. No entanto, nesse mesmo período houveram mudanças radicais nas formas de organização sociogeográfica, com o avanço significativo do antigo paradigma de extração destrutiva, que se deu por meio da construção de rodovias, aumento da exploração mineral, gasífero-petroleira, da agropecuária voltada para a exportação e da extração da madeira (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Marques (2016) destaca que a década de 1990 foi marcada pela hegemonia das políticas neoliberais no Brasil e na América Latina. Discorre sobre o aumento da presença de empresas multinacionais na Amazônia, particularmente no Pará, com destaque para grandes projetos de extração mineral como ferro, ouro, prata, entre outros. Fala que isso tem impacto direto nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento amazônico, que passou a atender ainda mais as demandas do capital. Para o autor, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce em 1997 e a implantação de novos empreendimentos de mineração e megaempreendimentos, como a construção de hidrelétricas, reflete que as decisões são tomadas fora da Amazônia e das instituições regionais, bem como do próprio governo federal. As grandes empresas privadas levam em conta apenas seu interesse de lucrar e "a decisão de implantação vem acompanhada da pressão sobre o governo brasileiro, estadual e municipal exigindo um conjunto de obras públicas e favores fiscais utilizados para reduzir os custos do empreendimento" (MARQUES, 2016, p. 164).

Isso evidencia uma clara intenção de domínio da Amazônia e de suas riquezas, que se reflete nas tentativas de subalternização das populações amazônicas, a

exemplo da apropriação de seus territórios, contaminação de rios e solos, derrubada da floresta, bem como a não garantia de acesso à moradia, saneamento básico, água potável, dentre outros. Hazeu, Costa e Fialho Nascimento (2019) afirmam que há uma aliança entre capital e Estado que se materializa na implementação de planos de desenvolvimento e políticas econômicas para ampliação do controle do Estado sobre o território, que deve facilitar o avanço capitalista na região.

Malheiro (2020) explica que as experiências de povos indígenas e quilombolas com relação aos projetos de mineração, permitem problematizar como se dão os processos de expansão/invasão capitalista. O autor aponta que a racionalidade assumida por esses grandes projetos, incluem o predomínio de uma noção instrumental de que a natureza é um obstáculo para o desenvolvimento, bem como uma visão autoritária e antidemocrática que permeia os processos de tomada de decisão. Isso evidencia que há uma hierarquia que produz o controle sobre as populações amazônidas, em que são criadas territorialidades de exceção, que promovem uma interdição de seus direitos sobre as terras que ocupam, com o fim de apropriação dos territórios aos quais atribuem valor (MALHEIRO, 2020).

Há um movimento de ampliação dessas políticas, principalmente quando observamos os impactos dos processos de exploração que estão em curso. Em sistematização dos dados sobre conflitos na Amazônia, Trecanni, Benatti, Monteiro (2021) identificaram que: entre 1985 e 2020 houve 21.801 de conflitos por terras, e que desses, 50% das ocorrências aconteceram nos estados que fazem parte da Amazônia Legal. Os dados da violência contra indígenas, em decorrência do processo de exploração dos recursos minerais, expressam a intensidade desse fenômeno na atualidade. O relatório que foi analisado pelos autores registrou que 30 adolescentes Yanomami foram vítimas de estupros praticados por garimpeiros ilegais. Esses dados indicam que o aumento da violência em curso reflete o acirramento das disputas territoriais, em face de que a renovação da acumulação é um processo permanente no qual a expropriação e a apropriação se intensificam e são reconfiguradas para, de modo violento, destruir os direitos de povos e comunidades tradicionais à terra e ao território (HAZEU; GONÇALVES; COSTA, 2020).

Nesse sentido, Marques (2016) ressalta a importância de refletir sobre o perfil econômico da Amazônia, que também tem sido imposto pela burguesia nacional e internacional. O capital financeiro comanda as empresas que adotam políticas

imperialistas para subjugar e assim garantir a melhor forma de exploração da Amazônia. Sendo assim, verificamos a presença de uma modernização que só ocorre nos processos de exploração dos recursos naturais, enquanto a saúde, educação, saneamento básico, moradia, dentre outros, não contam com investimentos para garantir o mínimo de qualidade (MARQUES, 2016).

As estratégias utilizadas pelos capitalistas são cada vez mais nocivas para a floresta e para a população amazônica. Nesse sentido, concordamos com Harvey (2004), quando este trabalha com a categoria “acumulação por espoliação”, afirmando que ela apresenta semelhanças com a acumulação primitiva trabalhada por Karl Marx, contudo apresenta novos mecanismos que são utilizados a fim de maximizar a obtenção de lucro. Os novos mecanismos de acumulação por espoliação, incluem, por exemplo, a biopirataria, que tem privilegiado as gigantes companhias farmacêuticas, a destruição e a mercadificação dos recursos ambientais globais, a transformação da cultura, história e criatividade intelectual em mercadoria, a corporativização e privatização de bens públicos e a expropriação de terras (HARVEY, 2004).

O atual momento de expansão do capital na Amazônia tem como marca registrada os processos de despossessão da terra e do território, mas atacam especialmente, os modos de vida existentes nestes territórios. A política adotada é constituída por componentes geográficos e étnico-raciais, que na atualidade podem ser compreendidos a partir da definição da existência de zonas de sacrifício (HAZEU; GONÇALVES; COSTA, 2020). Nesse contexto, a Amazônia sofre com o aumento das expressões da “questão social”, e em 2012, trinta anos depois da inauguração dos primeiros grandes empreendimentos, mais de 400 mil pessoas viviam abaixo da linha da pobreza na capital do Pará (MARQUES, 2019). Isso evidencia que o desenvolvimento prometido não chegou à população que mais precisava, e que de fato o modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia beneficia o grande capital, que detém o domínio da exploração das riquezas da região.

A análise dos dados atuais indica a persistência dessa realidade, e segundo Rodrigues e Silva (2023), a Amazônia continua a ser uma das regiões mais pobres do Brasil. No ano de 2020, os autores indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,736, que mesmo considerado alto, ainda estava muito abaixo da média brasileira. Já os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2019, indicavam que 20,9% da população vivia abaixo da

linha da pobreza, com uma renda per capita abaixo de R\$ 486,00. Outros 9,7% da população vivia em extrema pobreza, com uma renda de até R\$ 168,00.

Outro ponto que merece ser destacado é o acesso ao saneamento básico, e segundo os autores, no ano de 2021 aproximadamente 40% da população não tinha acesso à água potável e 80% não acessavam os serviços de esgotamento sanitário, o que fazia com que as condições de vulnerabilidade fossem amplificadas (RODRIGUES; SILVA, 2023). Assim, pensar a contradição entre a produção de riqueza e as reais condições de vida dos amazônidas leva inevitavelmente ao questionamento a respeito de quem realmente se beneficia com as políticas de desenvolvimento impostas à Amazônia. Tal reflexão consiste em tarefa essencial para descortinar a aparência que envolve a realidade, pois se pensarmos o desenvolvimento nos moldes de como é imposto, iremos perceber o quanto ele tem sido nefasto para os sujeitos (as) que vivem na Amazônia.

Refletimos que a expropriação se dá de diversas formas. Costa, Costa e Amoras (2021) propõem uma sistematização da expropriação em quatro categorias, quais sejam: expropriação do território, em que povos tradicionais são expulsos de seus territórios; expropriações simbólicas, que se relacionam aos modos de vida tradicionais; expropriação por meio de legislação, na qual mecanismos jurídicos expropriam os direitos; e expropriação ambiental ou da natureza, com apropriação indevida da natureza com interesses voltados para acumulação.

Essa realidade coloca desafios a serem enfrentados pelos amazônidas, principalmente nos processos de resistência, em que não há uma aceitação passiva da lógica de subordinação imposta, principalmente se pensarmos nos povos e comunidades tradicionais. Concordamos com Marques (2019), quando este afirma que essas resistências são formadas não só por grupos de operários tradicionais e outros setores proletários, mas também por movimentos de mulheres, negros, indígenas, caboclos, contra a opressão, contra a globalização, movimentos de ambientalistas, de juventudes e de resistência e inovação cultural, entre outros.

Hazeu, Costa e Fialho Nascimento (2019) apresentam o caso do município de Barcarena, no Pará, que exemplifica muito bem essa realidade. Nos últimos 40 anos o referido município sofre com a atuação do capitalismo de fronteira, que se dá por meio da instalação de empresas capitalistas, que com o aval do Estado, provocam desastres ambientais e sociais, que iniciaram ainda na década de 1980, quando da criação do complexo da Albras/Alunorte. Somente no período compreendido

entre 2000 e 2018 houve 24 desastres ambientais, tendo como causas desde o naufrágio de navios de carga, derramamento de lama vermelha, de caulim, de óleo, de soja, bem como a contaminação das águas, terra e ar (HAZEU; COSTA; FIALHO NASCIMENTO, 2019).

As resistências e as lutas sociais se destacam neste município, onde se organizam unidades de mobilização, que compreende interesses de comunidades tradicionais e trabalhadores. Esses dois movimentos apresentam pautas específicas e conflitos decorrentes destas, no entanto, em alguns momentos se aglutinam e fortalecem a resistência local que luta frente às violações de direitos, evidenciando uma organização e estratégias para enfrentamento (HAZEU; COSTA; FIALHO NASCIMENTO, 2019). Nos movimentos de resistência reside a esperança daqueles que estão engajados nesses processos de contestação e enfrentamento da ordem capitalista (MARQUES, 2019). Portanto, é preciso resistir para que a Amazônia continue a existir, caso contrário o grande capital continuará avançando e levando a morte da natureza e de quem dela precisa para viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apontamos reflexões sobre como o neoliberalismo se desenvolveu no Brasil e na Amazônia, com destaque para o período (neo) desenvolvimentista, em que o domínio do capital financeiro intensificou os processos de exploração do homem e da natureza. Diante disso, identificamos que a Amazônia sofreu com a intensificação da expropriação de suas riquezas naturais, principalmente por meio da exploração mineral, agronegócio, construção de grandes empreendimentos, que tiveram graves reatamentos nas condições de vida das diversas populações.

Verificamos que o grande capital promove o saque das riquezas que a Amazônia possui, enquanto deixa para a população um rastro de destruição que pode ser observado na expulsão de povos originários e comunidades tradicionais de seus territórios, aumento do garimpo ilegal, desmatamento de grandes áreas que são usadas para a produção do agronegócio, conflitos, desastres ambientais etc.

Esta realidade impõe desafios que surgem a partir das configurações atuais do capitalismo. Um deles, que é destacado pelos autores referenciados, diz respeito a necessidade de fortalecimento dos processos de resistência encampados por diferentes sujeitos. Não há uma aceitação passiva da lógica de subordinação, principalmente se pensarmos nos processos organizativos dos povos indígenas,

ribeirinhos, quilombolas, entre outros. São justamente essas formas de resistência que demonstram a força dessa população, bem como a esperança de que é possível construir uma nova ordem societária.

Nesse sentido, as resistências daqueles que lutam pela vida na Amazônia têm se caracterizado enquanto movimentos imprescindíveis, pois atestam que a construção de uma sociedade radicalmente diferente é possível. Para tanto, é imprescindível que mais pessoas se aglutinem em torno das lutas sociais que estão em andamento, pois sem participação não é possível construir uma alternativa ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: **Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018. Disponível em: <https://periódicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.112. 2012.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S.; GOMES, V. L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.130, p.395-398, set./dez. 2017.

CARCANHOLO, R. A. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n. 29, p. 49-55. 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdfhttps://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Dados parciais dos conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6563-cpt-dados-parciais-2023?highlight=WyJjb25mbGI0b3MiLCJubyIsImNhbXBvliwyMDIzXQ==>. Acesso em: 15 out. 2023.

COSTA, L. M.; COSTA, S. M. G.; AMORAS, M. Povos tradicionais, conflitos,

expropriação e luta social na Amazônia. **Revista UFMG**, v. 28, n. 3, p. 167-191. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/download/41573/37710/160547>. Acesso em: 10 out. 2023.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, J. S. N. MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e no (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katalisys**, v. 24, n. 3, p. 532-541, set./dez. 2021.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAZEU, M. T.; COSTA, S. M. G. da.; FIALHO NASCIMENTO, N. S. Comunidades tradicionais e sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 173-187. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/22671>. Acesso em: 10 out. 2023.

HAZEU, M. T.; GONÇALVES, M. V.; COSTA, S. M. G. da. Mobilidade do capital e estratégias de acumulação capitalista na Amazônia e Cerrado brasileiros. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 433-455. 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15155>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LLOYD, T. J. et al. Multiple facets of biodiversity are threatened by mining-induced land-use change in the Brazilian Amazon. **Revista Diversity and Distribution**, v. 29, set., 2023, p. 1190-1204. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ddi.13753>. Acesso em: 15 out. 2023.

LOUREIRO, V. R. Amazônia uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, n. 16, p. 107-121. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzYjwvpvT3vxySGCnwpK6BDw/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

LUPATINI, M. **Crise do capital e dívida pública**. In: SALVADOR, E. et al. Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

MALHEIRO, B. C. Mineração e territorialização de exceção na Amazônia: a

geografia em ruínas dos Grandes Projetos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/63183/36101>. Acesso em: 10 de out. 2023.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In: STEDILE, J. P. TRASPADINI, R. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, G. S. **Fracasso do desenvolvimento regional? Instituições e desenvolvimento na Amazônia**. In: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. S.; NASCIMENTO, M. A. (org.). O avesso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão II. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016. p. 141-204.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Das crises cíclicas à crise estrutural**. In: MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 795-860.

MONTEIRO, A. **Governos Lula e Dilma, legado e lições**. In: RABELO, R.; MONTEIRO, A. Governos Lula e Dilma: o Ciclo Golpeado. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.

RODRIGUES, D. L.; SILVA, D. N. Pobreza na Amazônia brasileira e os desafios para o desenvolvimento. **Cad. Saúde Pública**, n. 39, p. 1-4. 2023. Disponível em: <https://scielo.br/QjQcspQaQFfPPgkmW3MQyWNXbKszKTzQ#>. Acesso em: 12 set. 2024.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PORTO-GONÇALVES, W. C. **Amazônia: encruzilhada civilizatória**. Tensões territoriais em curso. Bolívia: IPDRS, 2018.

TRECANNI, G. D.; BENATTI, J. H.; MONTEIRO, A. N. G. **Agravamento da violência no campo: reflexões sobre a política de regularização fundiária**. In: Centro de Documentação Tomás Balduino. Conflitos no campo: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021. p. 112-124.